Cultura, literatura e nação: a Literatura Comparada e a promoção do nacionalismo

Antonio Barros de Brito Junior *

Resumo: Este artigo trata das relações entre a Literatura Comparada e o nacionalismo. Primeiramente, é analisada a formação da consciência nacional através das posições do Romantismo alemão, em particular Herder e Goethe, legítimos precursores da ideia de literatura nacional. Depois, o texto se debruça sobre a constituição do Estado-nação no fim do século XIX, focando no papel da literatura na consolidação de um imaginário coletivo nacional e na produção de sentimentos patrióticos. Na metade final, evidencia-se como os trabalhos de Hutcheson Posnett e Joseph Texte, expoentes da crítica comparada, vinculam-se à noção de nacionalismo para formatar o campo de estudos da Literatura Comparada.

Palavras-chave: Literatura Comparada; Nacionalismo; Estado-nação.

Culture, literature, nation: Comparative Literature and the promotion of nationalism

Abstract: This article deals with the relationship between Comparative Literature and nationalism. First of all, it studies the building of national consciousness by means of the popular culture in the context of German Romanticism. Then, it analyses the formation of Nation state by the end of the 19th century, focusing on the role that literature plays in the strengthening of the collective idea of the nation and the production of patriotic feelings. In the end, the article shows how the works of Hutcheson Posnett and Joseph Text, two of the great names of comparative criticism, rely on the idea of nationalism to shape the field of Comparative Literature.

Keywords: Comparative Literature; Nationalism; Imperialism.

Introdução

É fato inegável que a literatura está indissociavelmente ligada à nação. A

abundante bibliografia – da qual este artigo faz apenas um recorte – o afirma: seja pelo viés do “espírito de um povo”, em afirmação a partir da linguagem ou do costume, cristalizado na narrativa popular ou folclore; seja, ainda, pela afirmação de uma comunidade imaginada, cimentada pela camaradagem horizontalizada que é reproduzida sistematicamente através do romance e do jornal; fica claro que a literatura consolida um imaginário nacional, encerrando os indivíduos em uma abstração chamada “povo”.

Na verdade, as relações começaram a se estreitar em um momento histórico específico. O capitalismo e a Revolução Industrial proporcionaram aos impérios dinásticos europeus um crescimento econômico e populacional que impulsionou uma maior troca de experiências a partir das novas rotas comerciais, colocando em contato camadas da população que outrora não se comunicavam frequentemente ou não se comunicavam de modo algum (BURKE, 2010). A realidade da diferença linguística, étnica e cultural tornou-se, então, mais flagrante. Na ambivalência do contato entre o próprio e o alheio, o familiar e o estranho, a percepção da diferença abriu espaço tanto para a troca pacífica e desinteressada, quanto para a divergência e a dominação, de acordo com os interesses econômicos e políticos subjacentes à relação estabelecida.

Dentre essas duas possibilidades, impôs-se na famigerada “Era dos Impérios” (HOBSBAWN, 2011) uma exacerbada afirmação do orgulho nacional, com base na cada vez maior competitividade entre as nações envolvidas na corrida imperialista. Assim, recrudesceram os sentimentos protonacionalistas que alimentaram a formação dos Estados-nações modernos. Ainda que se trate de um fenômeno anterior à corrida imperialista, e muito embora o sentimento protonacionalista esteja genuinamente ligado a formações sociais precedentes ao Estado-nação moderno, não há dúvidas de que, no contexto da Era dos Impérios, a nação, entendida para além dos vínculos socioeconômicos forjados no período do capitalismo liberal de finais do século XVIII, consolidou-se como o símbolo da identidade cultural, carregando consigo uma língua, uma etnia, uma cultura e um povo devidamente depurados das suas heterogeneidades. De fato, a própria heterogeneidade entra em conta apenas na medida em que interessa produzir, sob a máscara da universalidade e do progresso, a homogeneidade. E, mesmo quando mantidas as diferenças culturais, essas permaneceram num nível em que importava “produzir” a cultura, através de tradições inventadas (ver HOBSBAWN e

RANGER, 2002).

Não espanta, portanto, que durante o apogeu do imperialismo a cultura tenha sido tratada não por aquilo que ela tem de específico ou contingente, mas sim por aquilo que ela pôde significar em termos de hegemonia ideológica, em franca aliança com os intuítos mercantilistas das nações europeias (SAID, 1995). E isso se refere não apenas à intromissão imperialista em territórios inexplorados do Pacífico e da África durante o último quarto do século XIX e a primeira década do século XX, mas também ao modo como o nativo e o estrangeiro eram pensados dentro do continente europeu. Esse torvelinho trouxe a literatura, de modo que ela teve que responder pelo amálgama entre a realidade tangível (da economia, da paisagem, do ethos, da etnia, da língua etc.) e o imaginário popular. Assim, a literatura, como forma da expressão de um povo e, ao mesmo tempo, como realização mais bem acabada do Espírito (no sentido hegeliano), desempenhou o papel ambíguo de afirmação cultural de uma elite nacional, por um lado, e de veículo de uma ideologia e uma estética universais a serviço da dominação, por outro.

Weltliteratur: internacionalismo e literatura

Uma das primeiras manifestações dessa relação entre a literatura e o espírito nacional pode ser encontrada no Romantismo, em especial nas formulações alemãs. Nesse sentido, é notável o papel de Herder, que, ao atualizar as ideias de Giambattista Vico, deu ao pensamento estético romântico alemão um fundamento ao mesmo tempo material e espiritual, na medida em que, ao observar as discrepâncias entre a cultura e o folclore ao longo dos países europeus que visitara em meados do século XVIII (curiosidades registradas em seu diário de 1769), o filósofo e naturalista alemão estabeleceu as bases de uma visão relativista e historicista da cultura, na qual o caráter transindividual da cultura estaria afirmado, entre outros, na obra do gênio. A particularidade do gênio (espanhol, francês, britânico, alemão), embora possa ser afirmada pela historicidade do desenvolvimento dessas diferenças em nível territorial e linguístico próprio, ainda assim não altera o fator preponderante da visão herderiana da cultura: o amálgama do espírito nacional nas práticas culturais. Assim, por exemplo,

Alas, how small is our world! How often do sensations and thoughts repeat themselves! The circle of all human composing and striving is a narrow one; all our interest is tied into but a few knots. Now in *this* regard, of course, one cannot understand the history of the art of poetry—that is, the *history of human imaginings and desires*, and, if I may say so, of the *sweet delusion of mankind*, of the *most ardently expressed passions and sensations of our species*—in a general or *great enough* sense. Just as entire nations have one language in common, so they also share favorite paths of the imagination, certain turns and objects of thought: in short, one *genius* that expresses itself, irrespective of any particular difference, in the best-loved works of each nation’s spirit and heart. To eavesdrop in this pleasant maze, to tie up that Proteus—whom we commonly call *national character* and who surely expresses himself no less in the writings than in the customs and actions of a nation—and to make him talk: that is a high and fine philosophy. In works of poetry, that is, of the imaginative faculty and of the sensations, such a philosophy is most safely practiced, since it is in these that the *entire soul* of the nation shows itself most freely. (HERDER, 2004, pp. 118-119, destaques do autor.)

Herder produz, assim, uma concepção que funde língua, pensamento, sensibilidade, território e cultura, tudo isso abstraído na obra do gênio. Ora, o gênio romântico é aquele que capta através dos sentidos a realidade material da cultura e do território, elevando ao espírito aquelas sensações e reflexões que se fundem no âmbito estético e que orientam as demais sensibilidades para o que se poderia chamar de “espírito nacional”. É claro, porém, que isso não seria possível de ser afirmado sem a “prova do estrangeiro” (BERMAN, 2002): muito embora haja a constante reafirmação do próprio e do local, o estrangeiro entra como elemento estruturante da percepção de si como particular. Aliás, é na “prova do estrangeiro” que se manifesta de modo mais perceptível o caráter não-arbitrário e histórico da cultura de um determinado povo. A dialética do local e do estrangeiro funciona para Herder como algo que ajuda a definir de modo mais claro a diferença cultural, sem que isso culmine numa visão necessariamente agonística. Desse ponto em diante, a reflexão alemã encontrará já em Goethe a revalorização do estrangeiro, invertendo, talvez, o vetor do pensamento herderiano, dando, então, à noção de uma “literatura mundial” uma maior ênfase, ainda que, em última análise, tal conceito não possa prescindir da compreensão da cultura e da literatura como objetos fundados em um povo e numa nação.

Quando Goethe fala em Literatura Mundial ele parece ter em mente um momento específico da história da literatura. Dizer que Literatura Mundial se define apenas por um intercâmbio entre literaturas de várias localidades é insuficiente, conquanto não seja inadequado. Desde sempre as literaturas, no bojo das respectivas culturas, se ofereceram a esse tipo de intercâmbio. Logo, o conceito de Literatura Mundial deve significar algo além

disso. Berman (2002), relendo os textos de Goethe, nos dá a pista do que a noção significa: trata-se de uma determinada “idade” da literatura, em que os intercâmbios se tornaram mais intensos, dentro das relações estabelecidas no comércio entre as nações. Isso quer dizer que a Literatura Mundial prevê um momento de amplificação do contato, sem necessariamente significar a dissolução das nacionalidades, e sem, portanto, significar necessariamente uma ideia de colonização ou imperialismo. Pelo contrário, a visão de Goethe é elaborada sobre o elemento propriamente nacional, levando-se em conta, inclusive, as diferenças étnicas, linguísticas e geográficas. Contudo, a articulação das literaturas nacionais em um grande sistema de intercâmbio, apesar de preservar o elemento nativo, não pressupõe o conflito; em vez disso, Goethe prega o convívio pacífico nessa idade da literatura (ver HEISE 2007).

Nota-se logo que existe uma dimensão humanitária – ou mesmo política – na ideia de Literatura Mundial de Goethe, que fica por conta da dissolução de qualquer disputa ou interesse na sujeição. A época da Literatura Mundial caracteriza-se como uma época de paz e harmonia, ou, melhor dizendo, de um “republicanismo” que coloca a heterogeneidade formadora das nações (ou formada pelas nações) numa perspectiva horizontalizada.¹ Quer me parecer que a iniciativa de Goethe estipula algo na ordem de uma fraternidade literária que não culmina na supressão das nações; ao contrário, é na heterogeneidade que se encontra o elemento humanístico comum a todas as diferenças. Mesmo que no limite isso signifique omitir o elemento contingente das literaturas nacionais, o ideal de uma literatura transnacional permite com que haja um campo de interação recíproca que transindividualiza algumas características que se pressupõem transcendentais. Inclusive, talvez seja apenas por isso que se pode alegar que haja um elemento consolidador da fraternidade: ao buscar o si-mesmo no outro, o sujeito percebe que o estrangeiro não é tão diferente, e isso lhe permite compreendê-lo em vários outros aspectos. Algo nesse espírito se lê no seguinte trecho da conversa de Goethe com Eckermann, registrada pelo último em seu diário, no dia 31 de janeiro de 1827.

¹ Aliás, essa ideia de uma “república das letras”, com toda a sua ambiguidade, vai ser muito bem explorada por Pascale Casanova (2002) em seu livro *A República mundial das letras*, em que a autora não apenas delimitará o conceito à luz da história da literatura comparada, como também tentará mostrar como a valorização ou desvalorização da literatura está ligada a critérios culturais que emulam em parte o jogo mercantilista típico não só de uma economia de mercado de *commodities* (a do século XIX, principalmente), mas também a economia volátil das bolsas de ação do século XX.

“Cada vez mais me convenço”, prosseguiu [Goethe], “de que a poesia é uma propriedade comum à humanidade, que por toda a parte e em todas as épocas surge em centenas e centenas de criaturas. Uns cultivam-na um pouco melhor que outros e conservam-se por mais tempo à superfície, e é tudo. O Sr. Von Matthison não deve por isso pensar, assim como tampouco o penso eu, que o dom da poesia é uma coisa tão rara e que ninguém tem motivos de se vangloriar por escrever uns bons versos. Certamente enquanto nós, alemães, não sairmos do nosso estreito ambiente, incorreremos em tola vaidade.

“Apraz-me por isso observar outras nações e sugiro a cada um que fala o mesmo. A literatura nacional não significa grande coisa, a época é da ‘literatura mundial’ e todos nós devemos contribuir para apressar tal surto. [...]” (ECKERMANN, 2004, p. 178.)

Desponta, então, a ideia de *Bildung*, ou *formação*, no pensamento goetheano. Goethe parece sonhar com a possibilidade de, a partir da visão da Literatura Mundial, haver uma formação com base nesse intenso intercâmbio, revelando-lhe o que lhe é mais característico. E isso passa necessariamente pela tradução, a exemplo do que já cogitava Herder. A partir das especificidades de cada língua, de suas diferenças mais cruciais, é que se pode dar o alargamento da cultura. Pondo-se diante daquilo que é intraduzível, uma cultura precisa espelhar a outra cultura em si própria, buscando integrar o elemento estrangeiro na órbita do local. Assim, o estrangeiro que é posto em circulação em outra língua passa a reocupar o seu lugar proeminente na sua própria cultura local estrangeira, como num espelhamento, e, conseqüentemente, é vista sob outro olhar. No intraduzível, então, se dá a valorização do estrangeiro no próprio e vice-versa: ambos tendem a ganhar, individualmente, com o contato entre as literaturas e as culturas, produzindo um alargamento das fronteiras linguísticas e, conseqüentemente, tornando menos intransponíveis as barreiras culturais em vista de uma formação estética comum.²

A comunidade imaginada: literatura e Estado-nação

Da nação como povo, língua, etnia e costumes em comum para a nação como o comprometimento civil de uma população reunida numa unidade política administrada por um poder político central: assim se produziu a passagem das concepções românticas baseadas no “espírito do povo”, subsidiada por práticas culturais supostamente mais “orgânicas”, para as concepções políticas do final do século XIX, em que os estados,

² Pode-se inclusive inserir as observações sobre as tragédias sofoclianas feitas por Hölderlin nessa reflexão (cf. HÖLDERLIN, 1994; cf. BERMAN, 2002).

escorando-se nos sentimentos protonacionalistas mais elementares, buscaram fundamentar as noções de patriotismo e nacionalismo. Agora, a nação é composta não apenas por aquilo que circunstancialmente torna uma pessoa pertencente a tal ou tal cultura, mas sim por um compromisso forjado no pertencimento a um Estado-nação.

Com essa mudança de paradigma, que se consolida por volta das três últimas décadas do século XIX, todo o capital simbólico necessário para a construção do compromisso da nacionalidade se altera sensivelmente. De acordo com Hobsbawn,

[...] o que se revelou significativo, a longo prazo, não foi tanto o grau do apoio para a causa nacional, obtido nessa época entre este ou aquele povo, e sim a transformação da definição e do programa do nacionalismo. Estamos, hoje em dia, tão habituados à definição etnolinguística das nações que olvidamos que essencialmente ela foi inventada em fins do século XIX. (HOBSBAWN, 2011, p. 233.)

Naturalmente, aquilo que outrora havia servido para fundamentar a discriminação – a etnia, a língua, o território – dentro de uma perspectiva humanista e republicana, agora serve como traço característico de uma diferença irreduzível a qualquer ideal de universal. O mínimo grau de diferença respalda o argumento possível de uma autodeterminação política e territorial. No fundo, como bem nos mostra Hobsbawn (1990; 2011), na prática a fundamentação lógica da nacionalidade pelo prisma político e civil obedecia a critérios não tão simplórios. Era necessária uma história de conquista territorial, de desenvolvimento político e bélico, de inserção cultural num território mais ou menos amplo, de modo que a hegemonia podia ser exercida, ainda que de modo artificial. Decorre disso que nem todo o sentimento protonacionalista pode vingar a ponto de formar a sua respectiva unidade política, prejudicando o reconhecimento formal da autonomia nacional. De qualquer modo, sob a fachada do sentimento protonacionalista se esconde a propensão política de autodeterminação do território com base na formação de um povo, consensualmente voltado para o sentimento patriótico e, por isso, disposto a tomar parte na vida política e social de um determinado Estado.

No final do século XIX houve, portanto, uma conjugação de duas forças catalizadoras da nacionalidade. De um lado, o liberalismo, para quem a nação dependia de um estágio de desenvolvimento econômico, político e social, no qual apenas poucos territórios preenchiam os pré-requisitos mínimos: a existência de um Estado anterior, onde

o povo era mantido por uma dinastia local; a presença de uma elite cultural estabelecida, que detivesse um vernáculo tanto administrativo como literário, responsável por fornecer a base mínima da produção e compreensão de documentos e bens culturais; e, finalmente, uma organização militar capaz ao mesmo tempo de manter uma relativa soberania e conquistar territórios. De outro lado, a conservação de características tipicamente populares que remetiam a um passado ancestral nebuloso, em geral ligado à Baixa Idade Média, e que proporcionavam, a seu modo, o cimento do elemento sanguíneo (racial e etnológico) e do elemento cultural (os costumes, os ancestrais enterrados no território etc.), que forneciam a genealogia requisitada como argumento de autoridade na reivindicação do privilégio sobre o território ou sobre a originalidade de quaisquer práticas culturais. Vale lembrar que, antes do período imperialista, o sentimento de pertencer a uma nação não era algo propriamente angustiante (ver GEARY, 2002). Contudo, a partir do final do século XIX, o envolvimento com uma nação era praticamente obrigatório; tanto que os pequenos aglomerados de pessoas que não se submetiam a uma unidade política e que enxergavam em si mesmas as condições mínimas de construção da nacionalidade buscaram, com maior ou menor sucesso, a emancipação.

Consolidou-se, portanto, a visão segundo a qual a nação é o Estado-nação, e o nacionalismo é a submissão a uma unidade política e ao poder organizacional e simbólico do Estado, muito particularmente por via das trocas comerciais (capitalismo) e das imposições de força sobre o território e suas fronteiras (militarismo) (cf. GIDDENS, 2008). Com isso, era preciso “fabricar” uma nação ali onde eventualmente os sentimentos patrióticos eram apenas residuais. Não por acaso a reelaboração do passado etnolinguístico foi crucial nesse processo, sobretudo no que toca à fundamentação simbólica responsável pelo sentimento de pertencimento, de comunhão e de cooperação.

A nação [...] estava ligada – e inevitavelmente – àquele fenômeno característico do século XIX, o “Estado-nação”. [...] O Estado não só fazia a nação, mas *precisava* fazer a nação. Os governos, agora, alcançariam diretamente o cidadão no território de sua vida cotidiana, por meio de agentes modestos mas onipresentes, desde carteiros e policiais até professores e, em muitos países, empregados das estradas de ferro. Poderiam requerer o compromisso pessoal ativo deles, e circunstancialmente mesmo o delas, com o Estado: de fato, o “patriotismo” de todos. As autoridades – numa época sempre mais democrática, não podendo confiar mais na submissão espontânea das ordens sociais aos que lhes eram socialmente superiores, à maneira tradicional, ou na religião tradicional, como garantia eficaz de obediência social – necessitavam de um modo de ligar os súditos

do Estado contra a subversão e a dissidência. “A nação” era a nova religião cívica dos Estados. Oferecia um elemento de agregação que ligava todos os cidadãos ao Estado, um modo de trazer o Estado-nação diretamente a cada um dos cidadãos e um contrapeso aos que apelavam para outras lealdades acima da lealdade do Estado – para a religião, para a nacionalidade ou etnia não identificada com o Estado e, talvez, acima de tudo para a classe. Nos Estados constitucionais, quanto mais massas eram trazidas para a política através das eleições, tanto maior era o campo em que tais apelos se faziam ouvir. (HOBSBAWN, 2011, p. 237, destaque do autor.)

O que se percebe, portanto, é que a construção da sensação de pertencimento a uma comunidade é dependente de agentes ligados a atividades profissionais – logo à própria administração social e política do território. O imaginário idealista de um passado mítico dá lugar à realidade dos vínculos sociais, reiterados e reforçados no cotidiano das trocas econômicas, linguísticas e culturais. A realidade da nação é construída na continuidade dessas relações interpessoais, fazendo com que a experiência da nação (e, com isso, o seu ideário) seja rigorosamente uma experiência civil: pertencer a uma nação é estar entranhado na rede das relações materiais que engolfam o sujeito no seu cotidiano do trabalho e da cultura – e brevemente veremos que a esses agentes pode se juntar o crítico e o teórico literário, promotores do nacionalismo.

Atento a isso, Benedict Anderson (2008) propôs que a nação é, na verdade, uma comunidade imaginada. Uma nação não se constitui nem se consolida de modo orgânico, mas sim de modo relativamente arbitrário, o que envolve, entre outros recursos, a ficção e a imprensa. Anderson afirma que os nacionalismos modernos são fruto da superação de grandes paradigmas culturais imediatamente anteriores, que, apesar de suplantados, deixam um legado importante que o nacionalismo vem substituir. O primeiro grande sistema cultural que aparece em contraste e conformidade com o nacionalismo é a comunidade religiosa. Para Anderson, uma comunidade religiosa era, por força de sua própria formatação, uma comunidade legitimamente imaginada. Por um lado, as comunidades religiosas promoviam respostas e consolos para coisas terrenas num plano extraterreno; assim, se estabelecia uma zona de identificação transgeográfica e translinguística que superava o imediatismo da rele experiência cotidiana. Por outro lado, a cultura religiosa, na sua natural propensão à absorção, foi integrando numa comunidade imaginada culturas heterogêneas e línguas diferentes, formando, assim, um protótipo de organização territorial sobre o qual se sobrepôs o Estado-nação europeu e colonizador. Some-se a isso a cultura do livro, em especial a

cultura judaico-cristã, que dissolveu diferenças culturais em função da assimilação ao texto bíblico.

Outro grande sistema cultural superado pelo nacionalismo, mas fortemente ligado a ele pelo sentido histórico da própria vida social originadora das nações, foram os reinos dinásticos. A organização político-militar em torno do centro elevado da nobreza – que instaurava uma lógica de poder de subordinação, e não de camaradagem, e que, mesmo quando havia camaradagem, ela não era horizontalmente orientada, mas sim verticalmente – foi pouco a pouco dando lugar aos estados nacionais, organizados menos em torno dessa dinastia oriunda de Deus e miscigenada para garantir privilégios e conchavos, e mais em torno das micro-relações esporádicas e espontâneas entre os cidadãos do Estado-nação (aquelas relações comerciais de que Hobsbawn nos falou mais acima).

Ora, a superação desses dois paradigmas de comunidades imaginadas, devido em grande parte às mudanças na concepção biopolítica do poder (cf. FOUCAULT, 2008), levou à possibilidade de criação e articulação de novas comunidades com base em outras experiências, mais restritas, mais mundanas, mais horizontalizadas, que promoveram, mais tarde, as nações tais como as conhecemos. De qualquer modo, não se trata aqui da superação em absoluto desses paradigmas, senão do “ultrapassamento” dos mesmos, conservando aquilo que, no próprio imaginário, se preserva como força aglutinadora: da comunidade religiosa se conserva a experiência “mística” da comunhão ideológica em torno de crenças e hábitos, as liturgias etc.; das dinastias conserva-se, sobretudo, a organização territorial e política dos súditos que, como tais, se unem em torno da adoração dos semióforos (CHAUÍ, 2000) legados pela coroa, seja pela aversão geral ao poder central, seja, ainda, pela unidade, outrora estabelecida, mas reforçada dia a dia, da própria particularidade da experiência mais elementar – a comunicação, o trabalho e o comércio.

Contudo, Anderson não crê que apenas essas foram as condições formadoras dos nacionalismos modernos. Há algo mais, que é absolutamente decisivo: trata-se da concepção de simultaneidade do tempo comum e da experiência da realidade cotidiana, promovida pelas novas formas de comunicação (as mídias) e também pela ficção literária, na sua forma mais popular: o romance. De acordo com Anderson, com a modernização da sensibilidade – e o romance é um gênero fruto disso –, com a ampliação do espaço e a relativização do próprio tempo, com o Iluminismo e a tomada de consciência do tempo secular, promoveu-

se uma drástica mudança na concepção do tempo e do espaço, que não só pôs o passado em perspectiva na superação promovida pelo presente, mas também instituiu o tempo do simultâneo – a consciência do evento além do outro evento, e a consciência do evento em decorrência do outro evento. Com isso, houve ao mesmo tempo um reforço na percepção do fluxo histórico que aglutina ações práticas em torno de objetos e planos específicos, bem como uma produção cada vez maior de identidades em paralelo, que não negam o tempo presente, mas que coexistem em outra esfera de ação não recíproca, mas não necessariamente indiferente ao tempo.

A ideia de um organismo sociológico atravessando cronologicamente um tempo vazio e homogêneo é uma analogia exata da ideia de nação, que também é concebida como uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história, seja em sentido ascendente ou descendente. Um americano nunca vai conhecer, e nem sequer saber o nome, da imensa maioria de seus 240 milhões de compatriotas. Ele não tem ideia do que estão fazendo a cada momento. Mas tem plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea deles. (ANDERSON, 2008, pp. 56-57.)

O romance, então, tem um papel decisivo na produção da comunidade imaginada, na medida em que responde pelo formato dessa concomitância de ações envolvendo agentes desconhecidos entre si, mas habitantes de um mesmo espaço concreto, viventes de uma mesma realidade partilhada. Não é casual, portanto, que a forma narrativa venha substituir o prestígio da poesia na construção do espírito nacional. Se, antes, Herder e os românticos alemães ainda pareciam subordinados à concepção de que o espírito, no seu tempo e espaço, falava pela cultura através da língua, numa relação metafórica entre a palavra e o gênio, agora, porém, são os processos metonímicos do romance, que prendem os personagens às suas circunstâncias materiais, que melhor exemplificam essa passagem do Estado-nação para a cultura através da ideia de uma delimitação civil (ao mesmo tempo comercial, militar e burocrática) da matéria nacional. E, na medida em que o romance constrói um espaço de identificação para seus leitores, com base não só no que é realmente existente e que se infiltra na palavra (isto é, a paisagem local de uma cidade descrita na forma literária de maneira inequívoca), mas com base também no possível, no imaginado, no futuro tangível de um encontro provável entre habitantes do mesmo espaço e que compartilham experiências similares a respeito das coisas e dos lugares, então os vínculos nacionais se reforçam. Portanto, nessa forma romanesca que consolida o espaço virtual da nação e o conjuga com

o cidadão em potencial da leitura, a literatura funciona mais ou menos como o jornal: ao abrir o jornal, o leitor tem a sensação de coexistir com uma série de eventos que acontecem em paralelo, conquanto não façam parte de sua vivência concreta.

Da perspectiva de Anderson, a nação é um constructo cultural fortemente vinculado à experiência romanesca. A literatura é responsável por produzir essa alquimia de um povo virtual, mas cujos sentimentos são concretamente dedicados à camaradagem horizontal.³ No âmbito do Estado-nação, portanto, o nacionalismo configura-se, entre outras coisas, como um jogo entre a construção textual da realidade simultânea e do próprio povo como neutralidade, lugar vazio que pode ser ocupado por qualquer indivíduo que se aliene no imaginário da comunidade nacional. Porém, a eficácia do sentimento será tanto maior quanto mais o leitor se identificar com os costumes e a realidade linguística, etnográfica e geográfica veiculada pela forma literária. O romance surge, então, como a forma privilegiada dessa transitividade entre o abstrato do imaginário ficcional e o concreto da inclinação sentimental ao nacionalismo. Daí também que, cada vez mais, a literatura se formará sob o signo da literatura nacional, ao contrário do que Goethe de certo modo intuía.

Na verdade, essa é a antinomia da nação no período moderno, agravada no contexto da globalização atual: por um lado, a comunidade imaginada é pensada como a depuração das características de um povo (constituído pela tradição), uma “pedagogia” firmada na prática cultural herdada; por outro lado, ela não é nada mais do que uma espécie de “operador discursivo”, uma “performance” sempre renovada da prática cívica. Pertencer a uma nação é, ao mesmo tempo, posicionar-se na corrente histórica que leva do passado do povo ao presente da ação civil patriótica. Identificar-se com uma nação, no sentido proposto por Anderson, significa habitar o espaço equívoco de uma perda da subjetividade para assumir

³ Franco Moretti delinea de modo mais claro as conjunções entre a forma romanesca e a criação do espaço nacional através do imaginário ficcional: “Há muito tempo a sociologia literária insiste, como sabemos, na relação entre o romance e o capitalismo. Mas o espaço de [Jane] Austen sugere uma afinidade igualmente forte (apontada pela primeira vez por Benedict Anderson, em *Imagined Communities*) entre o romance e a realidade geopolítica do Estado-nação. Uma realidade moderna, o Estado-nação – e curiosamente esquiva. Porque os seres humanos podem compreender diretamente a maior parte de seus *habitats*: podem abarcar seu vilarejo, ou vale, com um único olhar; o mesmo ocorre com a corte, ou a cidade (especialmente no início, quando as cidades são pequenas e têm muros); ou até mesmo o universo – um céu estrelado, afinal de contas, não é uma imagem ruim dele. Mas o Estado-nação? ‘Onde’ fica? Com que se parece? Como se pode vê-lo? E ainda: o vilarejo, a corte, a cidade, o vale, o universo podem todos ser representados visualmente – nos quadros, por exemplo. Mas o Estado-nação? Bem, o Estado-nação... encontrou o romance. E vice-versa: o romance encontrou o Estado-nação. E, sendo a única forma simbólica que poderia representá-lo, tornou-se um componente essencial de nossa cultura” (MORETTI, 2003, p. 27, destaques do autor).

a identidade de um cidadão de Estado-nação qualquer. Bhabha elucida essa questão da seguinte maneira:

A identificação cultural é então mantida à beira do que Kristeva chama de “perda de identidade” ou que Fanon descreve como uma profunda “indecidibilidade” cultural. O povo como uma forma de interpelação emerge no abismo da enunciação onde o sujeito se divide, o significante “desaparece gradualmente” e o pedagógico e o performativo são articulados de forma agonística. A linguagem da coletividade e da coesão nacionais está agora em jogo. Nem a homogeneidade cultural nem o espaço horizontal da nação podem ser autoritariamente representados no interior do território familiar da *esfera pública*: a causalidade social não pode ser compreendida adequadamente como um efeito determinístico ou sobredeterminado de um centro “estatista”; tampouco pode a racionalidade da escolha política ser dividida entre esferas polares do privado e do público. A narrativa da coesão nacional não poder mais ser significada, nas palavras de Anderson, como uma “solidez sociológica” fixada em uma “sucessão de *plurais*” – hospitais, prisões, aldeias longínquas – em que o espaço social é claramente delimitado por tais objetos repetidos que representam um horizonte naturalista, nacional. (BHABHA, 1998, p. 402.)

No Estado-nação do fim do século XIX e começo do século XX, o povo perde as suas raízes populares para assumir o valor neutro de uma comunidade cívica. O povo da Revolução, o povo dos direitos humanos (ou o “cidadão”, em outras palavras), não é marcado pelo “estigma” da nacionalidade. E, não obstante, para ser completamente sujeito de direito, o povo precisa subordinar-se à tutela de um Estado-nação, produzido na diferença radical entre as tradições linguísticas, étnicas e culturais. Nesse âmbito, a literatura exerce o seu papel de promotora da consciência nacionalista através da criação de um imaginário coletivo que abarca o sentimento de uma nação cujas práticas culturais e cuja realidade geográfica se refletem na ficção (e também na crítica). Ao mesmo tempo, cumpre esse papel sob o signo vazio da estética, cuja transitividade admite a realocação da forma em qualquer outro contexto – ou seja, “a letra muda” que Rancière (2009) identificou como uma premissa da revolução estética promovida pelo Romantismo. Nesse deslizamento através das fronteiras, algo do imaginário anterior se conserva, de modo que a literatura efetivamente alarga as margens da cultura na prova do nativo com o estrangeiro. Dado que é assim, não é disparatado pensar que a literatura possa servir como instrumento de doutrinação do caráter cívico nacionalista, de muitas formas possíveis. Em primeiro lugar, pela condensação cada vez maior da identidade nacional pelo prisma do “espírito do povo”; em segundo lugar, pela sua capacidade de levar uma mensagem supostamente unívoca para qualquer comunidade, homogeneizando a cultura ao passo que vai ampliando numericamente o “povo” – e,

colateralmente, “conquistando corações” para a causa nacionalista mesmo ali onde a própria ideia de nação é uma excrescência.

E, de fato, como nos mostram alguns influentes críticos literários – dos quais Said (1995) e Bhabha (1998) se destacam –, a literatura e a crítica literária sucumbiram a essa “missão civilizatória”. Em especial a Literatura Comparada, que, no torvelinho dessas questões, e no afã de apresentar-se como disciplina científica, promoveu o nacionalismo como forma de associação do estético com o material, prospectando sentidos dos textos literários em conformidade com o caráter nacional de um povo, supostamente consolidado e reafirmado nas obras literárias. Dois exemplos serão investigados a seguir.

A Literatura Comparada e o nacionalismo

Hutcheson Macaulay Posnett (1855-1927), advogado irlandês radicado na Nova Zelândia, é reconhecidamente um dos primeiros (se não o primeiro, como ele mesmo se gaba de ser) a utilizar os termos “Comparative Literature” em livro homônimo, lançado em 1886. Seu objetivo era transformar os estudos literários em uma disciplina científica, escorando-se em princípios da ciência do século XIX, tais como o darwinismo social e até mesmo alguns resquícios do positivismo. Sua preocupação maior está na valorização da literatura pelo prisma do nacional, e na valorização do nacional, por sua vez, como um processo histórico-material específico.

Posnett, portanto, retrança o quadro histórico que levou à “proliferação” das literaturas nacionais e pavimentou o caminho do comparatismo literário. O percurso aqui é conhecido: a emergência das línguas vernáculas suplantou o latim e o grego como línguas francas e possibilitou a consolidação das literaturas nacionais com base nos vernáculos locais. Posteriormente, com o fluxo comercial de bens materiais e culturais e com o fluxo de pessoas através do globo, houve uma troca cultural mais intensa, surgindo novos nichos de difusão e produção da literatura. Nesse contexto, os diferentes povos tomaram conhecimento de diferentes formas de produção literária e de manifestação do imaginário ficcional.

Para Posnett, então, é possível fazer um exercício de comparação do imaginário. Segundo ele, diferentemente do homem da ciência, o homem das letras não pode criar os termos com os quais descreverá a sua experiência, a sua imaginação. A ciência seria,

portanto, uma linguagem especializada, de poucos; a literatura, por sua vez, trafegaria na linguagem comum, sendo, por isso, própria a uma inteligência média (o que não quer necessariamente dizer medíocre). Logo, a literatura se endereçaria a um número maior de pessoas, na medida em que lança mão de uma linguagem compartilhada e convencional. Daí é que se pode presumir o impulso do específico para o geral que caracteriza o conceito de literatura nacional, no sentido de comunhão ou reunião dos caracteres de um povo. Aqui, portanto, a literatura não é pensada senão no seu sentido comunitário – a formação coletiva de um *ethos* nacional.

Por conta disso, o conceito de literatura não se forma sem a percepção de que existem processos histórico-materiais que impulsionam as obras para determinadas especificidades que, portanto, consolidam seu caráter particular, em contraste com o estrangeiro. Nesse ponto, o método de Posnett tem por baixo de si uma compreensão materialista (não necessariamente materialista-dialética), que tem a ver com o entendimento das forças sociais que estão implicadas nos processos de transposição do elemento nuclear mais primário até a evolução das formas no âmbito nacional e, posteriormente, internacional.

A literatura nacional tanto se desenvolveu de dentro como foi influenciada de fora; e o estudo comparativo deste desenvolvimento interno é de muito maior interesse do que o do externo, porque aquele é menos uma questão de imitação do que de uma evolução diretamente dependente de causas sociais e físicas.

Portanto, o estudioso se voltará às fontes internas, sociais ou físicas, do desenvolvimento nacional e ao efeito das diferentes fases deste desenvolvimento na literatura como verdadeiro campo de estudo científico. Ele observará a expansão da vida social a partir dos círculos restritos dos clãs ou comunidades tribais, possuídos daqueles sentimentos e pensamentos que poderiam existir dentro de tais esferas restritas, e expressando em sua poesia rústica um intenso sentimento de fraternidade, e débeis conceitos de personalidade. Ele observará o aprofundamento de sentimentos pessoais na vida isolada do feudalismo que exclui o comunismo do clã, a reflexão de tais sentimentos nas canções de heroísmo pessoal, e os novos aspectos que a vida do homem, da natureza, e dos animais [...] assume quando desta mudança na organização social. (POSNETT, 1994, p. 21.)

Vê-se, portanto, que o objetivo do método comparativo é esmiuçar e esclarecer o modo como se dão essas especificidades no campo das literaturas circunscritas a um determinado grupo (no caso, o grupo maior da nação evidentemente ganha primazia, em detrimento do “clã” ou “tribo”). Cabe, então, ao comparatista não apenas operar com as formas literárias, mas compreendê-las em suas injunções sócio-históricas específicas. Isso, por um lado, envolve o estudo da literatura dentro de um sistema de relações endógenas, mas

também envolve um estudo das relações no âmbito internacional, na medida em que empréstimos vêm e vão entre as fronteiras dos países – como demonstra bem o exemplo da Rússia, na avaliação de Posnett (1994, p. 23). Tudo isso deve ser levado em consideração com o intuito de revelar o verdadeiro caráter nacional de um grupo através de sua literatura. Fica evidente que, para Posnett, as influências transnacionais consistem antes em “empréstimos” ou “maneirismos”, do que uma verdadeira evolução do caráter nacional, um aperfeiçoamento do talento e do gênio de um povo. Desnecessário dizer que essa compreensão da literatura pelo prisma evolutivo escancara o darwinismo enrustido de Posnett. A simples ideia de que há uma evolução na linguagem, que se especifica por um lado, mas que se generaliza, por outro, transcendendo o clã, a tribo, para culminar no nacional – e, posteriormente, até no universal, posto que, do modo como estão expostas as ideias de Posnett, não é equivocado pressupor uma homologia entre o que ocorre num lugar e no outro, a despeito de sua tentativa de cientificizar pela história e pelo território – tem a ver com um sentido evolucionista que, quando amparado no comparatismo, inclusive, ecoa o princípio da evolução das espécies. O vocabulário de Posnett não deixa dúvidas:

Siga-se o curso da influência do púlpito cristão, das instituições judiciais, ou da assembleia popular sobre o desenvolvimento da prosa nos diferentes países europeus, e logo se perceberá o quanto a evolução social interna se refletiu igualmente na palavra e no pensamento literário, o quão essencial se torna para qualquer estudo preciso da literatura passar da linguagem para as causas que permitiram que a linguagem e o pensamento atingissem condições de sustentar uma literatura; e o quão profundamente este estudo deve ser feito em termos de comparação e contraste. No entanto, não devemos subestimar nossas dificuldades em traçar os efeitos de tal evolução interna nos versos e prosa de um povo. Ao contrário, devemos admitir logo de início que tal evolução é passível de se tornar obscura ou totalmente oculta devido à imitação de modelos estrangeiros. (POSNETT, 1994, p. 22.)

Eis aqui um esforço, talvez pioneiro, de consolidação científica de uma disciplina. Posnett quer fazer da Literatura Comparada algo mais que um mero trabalho de erudição e biografismo, para confirmá-la como o estudo das relações objetivas entre os sistemas literários nacionais, de dentro para fora e de fora para dentro. Não obstante, se pede do comparatista uma série de conhecimentos ou posturas que tem a ver mais com preconceitos, métodos hoje ultrapassados, que, no mais das vezes, apenas reafirmam alguns truísmos que,

atualmente, a teoria da literatura e a crítica literária se esforçam para desmentir.⁴ De todo modo, no que tange ao nacionalismo, vê-se que Posnett aponta para uma noção de literatura que, flertando com as noções de cultura herdadas do Romantismo, bem como com as visões estabelecidas pelos usos políticos dos sentimentos nacionalistas e protonacionalistas pelo imperialismo do século XIX, transforma a literatura em produto de um meio (o positivismo é patente), passível, inclusive de ser interpretado pelo prisma da ciência evolutiva. Nesse quadro, ganha força a ideia de que o nacional se dá principalmente pelo enaltecimento de características próprias, colhidas no contraste com o estrangeiro.

As consequências disso são muito evidentes. Primeiramente, os estudos comparados de fim do XIX se colocam como missão o encontro com o elemento nacional, a fim de produzir um discurso válido a respeito das obras em si. Logo, o valor da crítica se mede pela sua capacidade de apreender o elemento nacional que teoricamente percorre a obra. Do mesmo modo, cabe ao comparatista esmiuçar as relações materiais e históricas que levam de uma obra a outra, amarrando-as em uma lógica que pressupõe a continuidade do efeito estético. Ora, essa continuidade se evidencia como o elemento comum a ambas, que é capturado na presunção de que a forma literária responde ao chamado da construção do espírito nacional. Desse modo, a literatura nada mais é do que a confirmação de algo que, em princípio, já a animava desde sempre, a saber, a cultura. E, sendo assim, não é de se espantar que, em última análise, a cultura dá sentido ao empreendimento literário na exata medida em que reivindica da forma literária um posicionamento a respeito de como o sentido do texto pode remeter à cultura e à elaboração de um povo, de uma sensibilidade comum. Finalmente – e em consequência deste último ponto – o conhecimento literário se faz passando do individual ao grupo: a particularidade da obra perde todo o seu valor quando ela se associa a um conteúdo programático que só pode ser captado quando o texto realiza a sua transitividade de modo completo, deixando de ser uma obra em particular para ser, no final das contas, a obra de um povo, que reflete uma “alma” coletiva que, por isso, é capaz

⁴ Especialmente a partir do formalismo russo e, principalmente, com o estruturalismo praguense e posteriormente o francês. Em todos esses casos prevaleceu, nos estudos literários, um cientificismo linguístico que, ao investigar os fundamentos estruturais da língua (*langue*), rejeitando a dimensão da fala (*parole*), pôs de lado o estilo (diretamente ligado à retórica da língua e suas manifestações concretas nos textos) para assimilar os princípios compositivos do texto literário. Isso culminou, em grande medida, numa espécie de “internacionalização” do método e, por conseguinte, limitou bastante o alcance da crítica comparada nacionalista tributária dos precursores do XIX.

de lhe dar o devido valor enquanto bem cultural.

Contudo, a visão de Posnett disputa espaço com o comparatismo francês, reconhecidamente universalista e cosmopolita, que subordina o elemento nacional à internacionalização da literatura. Joseph Texte (1865-1900), crítico literário francês, discípulo de Brunetière e inaugurador da cátedra de Literatura Comparada na Universidade de Lyon, escreveu alguns anos depois de Posnett um texto que se abre com o reconhecimento de um fato que parece inegável já naquele tempo: a tendência de a literatura europeia se tornar internacional. Texte mostra um reconhecimento no que diz respeito à internacionalização constante das literaturas nacionais na Europa, por via de uma intensificação na relação entre as diversas literaturas e na ampliação do comércio e do trânsito de pessoas entre as nações. Para ele, então, a tendência à internacionalização da literatura toma o lugar da tendência à nacionalização ou da observação mais endógena das relações entre literatura e cultura de base. Com isso, os estudos das relações entre as literaturas das diversas nações se transformam no ângulo de visão por excelência da Literatura Comparada. Na verdade, essa tendência apontada e defendida por Texte mostra o quanto sua visão está relacionada com a situação dos estudos literários na França.

Na sequência do seu artigo, Texte evoca os primórdios dos estudos literários e da própria literatura na Europa para sustentar um ou outro argumento. De acordo com ele, o comparatismo é o método mais antigo para se produzir conhecimento acerca da literatura. Contudo, no âmbito da Literatura Comparada, a falta de um pressuposto maior além da própria comparação torna o exercício crítico inócuo. Por isso, são invocados alguns parâmetros analíticos que possam guiar e justificar o comparatismo. É óbvio, nesse sentido, que os métodos vão variar de acordo com o ângulo de análise elegido pelo crítico. Posnett e Texte, portanto, se diferenciam inclusive nisso, e não somente no que concerne ao sentido mais estrito do que significa comparar. De qualquer forma, o tipo de comparação que se praticava antigamente tinha pouco método. A julgar pelo que nos informa Texte (e é possível lhe dar razão nesse sentido), a literatura grega era alçada ao patamar mais alto de modelo mais bem acabado da literatura, à qual as literaturas helênica e romana se subordinavam. Desse modo, o sentido de comparação tinha muito mais a ver com uma aproximação de realizações com seus modelos – algo que sobrevive na poética ocidental até a ruptura definitiva dos românticos com os ideais neoclássicos de Boileau e Batteux, entre outros. Não

havia, portanto, uma tentativa de se configurar um campo de estudos no qual as questões mais próprias de um enraizamento cultural, tais como são possíveis de ser pensadas na Idade Moderna, com a proliferação de culturas e dos Estados-nações.

Texte, portanto, nos indica que a efetividade do método comparativo em literatura é maior quando este é aplicado a um esquema geral no qual as literaturas disputam espaço entre si, e no qual se pode identificar e individuar as literaturas mediante a observação de suas continuidades e descontinuidades, num exercício grandioso e dispendioso de análise das inter-relações culturais. Percebe-se, mais uma vez, como a ideia de nação influencia diretamente a consolidação da disciplina Literatura Comparada e a percepção de que a literatura, em algum grau, tem a ver com a vida do espírito e da realidade do Estado-nação – algo que, na visão de Texte, remonta inclusive ao século XV (isto é, a formação dos estados dinásticos e a formação do vernáculo).

A grande revolução política do século XV constitui, pois, a origem autêntica do método comparativo. Ela teve o objetivo de diferenciar as literaturas, nacionalizá-las, se é lícito dizer, configurando-lhes uma personalidade estética. Concedeu a cada uma delas a consciência da unidade, o sentimento da tradição nacional, a ideia clara de uma cadeia ininterrupta de obras no passado e no futuro, entre as quais se podia estabelecer o eixo de uma inspiração comum. E, dando origem às literaturas nacionais, tornou igualmente possível seu estudo crítico e comparativo. (TEXTE, 1994, p. 29.)

Contudo, ainda que Texte reconheça o nascimento do comparatismo nessa época e entenda que a questão só se desenvolve no bojo da “belle-époque” das literaturas nacionais, ele retoma a originalidade do projeto germânico de formação da “república das letras”, para reivindicar à Literatura Comparada aquela componente internacionalista supostamente deixada de lado no comparatismo de Posnett. Evidentemente, Texte não desenvolve esse argumento sem o reconhecimento de que houve um momento em que uma literatura nacional buscou o predomínio sobre a outra. Porém, noutro momento da interação cultural, o que ocorreu foi uma tentativa de se estabelecer uma média artificial que pudesse se pôr no lugar de uma literatura europeia. Esses dois fenômenos estão interligados, como demonstra o trecho a seguir:

O que interessa observar é que esta nova crítica [o comparatismo] [...] produziu, sucessivamente e por vezes mesmo em conjunto, dois resultados exatamente opostos. Suscitou, de um lado [...], um movimento de cada povo em direção às origens, um despertar da consciência coletiva, uma concentração de forças

esparsas ou dispersas para a criação de obras verdadeiramente autóctones. Provocou, de outro lado [...], uma diminuição das fronteiras, uma comunicação mais livre entre os povos vizinhos, uma inteligência mais aberta e mais completa das obras estrangeiras. [...] Ao mesmo tempo que constituía, por reação primeiramente e por imitação depois, literaturas nacionais, preparava, acima do interesse destes grupos estreitos e fechados, a vinda de uma literatura internacional, ou, pelo menos, europeia. [...]

O dia em que se formar esta literatura nova – da qual a civilização moderna, os jornais, as revistas, as vias férreas, o telégrafo e a rapidez das comunicações apressarão talvez o futuro mais do que se pensa – toda a crítica literária será internacional. Neste dia, com efeito, acima das fronteiras políticas, se existem ainda, serão entrelaçadas as ligações invisíveis que unirão os povos aos povos e que formarão, como antigamente na Idade Média, uma alma coletiva para a Europa. (TEXTE, 1994, pp. 33-34.)

Os efeitos disso, na avaliação de Texte, serão extremamente positivos, e a Europa viverá em um contexto de cosmopolitismo que, apesar de diferente do que sucedia na Idade Média, acarretará uma homogeneidade cultural semelhante à daquele tempo (homogeneidade mais pressuposta por miopia crítica de Texte do que por verificação empírica, diga-se de passagem). Em certo sentido, porém, podemos afirmar que Texte não se equivocou, pois de fato a literatura comparada se internacionalizou, contando com uma importante e influente associação consolidada no século XX (ICLA), que tocou a frente o projeto de uma crítica internacionalista que acompanhou em grande medida a própria transnacionalização da literatura (especialmente nos contextos da descolonização e da globalização).

A segunda parte do texto começa, então, de onde parou a primeira: uma crítica à posição francesa do debate cultural em torno da europeização e internacionalização da literatura. Texte aqui é bastante incisivo ao afirmar, por exemplo, que a França se prendeu ao “espírito da Antiguidade”, e que ela se legou, por assim dizer, o papel de guardião da Antiguidade clássica. Contra isso, Texte conclama os críticos franceses a assumir uma posição: recolocar as literaturas nacionais, inclusive a francesa, no horizonte maior da literatura europeia. É notável o quanto isso é diferente da visão de Posnett: não se trata, aqui, de observar as particularidades no âmbito histórico e material que impulsionaram as literaturas nacionais à sua especialização, mas, pelo contrário, trata-se de admitir um contexto de influências recíprocas – não necessariamente analisadas do ponto de vista do contato real e efetivo entre as culturas, pois a influência pode se dar apenas e tão-somente como “inspiração” ou “emulação” – que formatam as literaturas nacionais entre si e dentro do panorama mais amplo da cultura europeia. Aqui novamente o paradigma é uma espécie

de “darwinismo”, que postula que as literaturas são organismos que evoluem em relações elas próprias orgânicas, no sentido de serem naturais.⁵ Esse princípio, que naturaliza as relações, aparentemente se pauta pela busca das constantes objetivas por trás da evolução das trocas simbólicas; contudo, no fundo desse argumento esconde-se um truísmo (as literaturas nacionais se influenciam reciprocamente) que alça a influência a um transcendentalismo vago e, a meu ver, “espiritualista”.

Parece, em definitivo, que as literaturas somente se desenvolvem e progridem por meio de empréstimos mútuos. É preciso, para fazer germinar obras originais, preparar-lhes uma espécie de húmus composto de resquícios vindos de fora. Como as espécies em história natural, as literaturas não possuem limites precisos, penetram-se mutuamente e transformam-se umas em outras, em virtude de leis misteriosas ou, pelo menos, mal definidas. [...]

Se as literaturas podem ser comparadas, em certa medida, às espécies animais pela natureza de sua evolução, é preciso, pois, estudá-las mediante um método análogo, bastante específico e profundo, capaz de explicitar a complexidade dos fatos aos quais se aplica. E este método só pode ser, como todo método científico, o método comparativo, ponto de ligação entre as ciências tão distantes quanto a anatomia e a gramática, a zoologia e a linguística, a paleontologia e a ciência das religiões. (TEXTE, 1994, p. 37.)

Naturalmente, não podemos reduzir a posição de Texte ao determinismo mais extremo. Sua posição, antes, não tende tanto a absolutizar os efeitos da “raça, meio e momento” na confirmação das literaturas nacionais. Aliás, sua busca pela internacionalização o afasta do racismo mais desabrido. Mas, independentemente disso, a transcendentalização de uma espécie de elemento espiritualizado parece convergir, de todo modo, à noção de que as influências, na medida em que não são propriamente materiais ou históricas no sentido mais dialético-materialista do termo, são, por outro lado, fenômenos coextensivos da psique humana e, por isso, redundam numa espécie de espiritualização da literatura. Serão depois os outros comparatistas – em especial Paul Van Tieghem (1994) e Henry Remak (1994) – que se encarregarão, já no século XX, de depurar esse elemento, travestindo a Literatura Comparada de um exercício do gosto, mais aos moldes de uma valorização do efeito estético pela sua capacidade de comoção mediante o universal humanístico.

⁵ Como se prova pelo trecho: “É que, com efeito, assim como um organismo animal, uma literatura ou uma nação não crescem isoladas das nações e das literaturas vizinhas. O estudo de um ser vivo constitui, em grande parte, o estudo das relações que o unem aos seres vivos: relações múltiplas, ações e reações diversas, influências de todo gênero que nos envolvem numa cortina invisível” (TEXTE, 1994, p. 35).

Percebe-se que, no limiar do século XIX para o XX, a Literatura Comparada surge como uma disciplina que se pensa capaz de esclarecer, entre outras coisas, por que algumas literaturas nacionais são supostamente mais vigorosas do que outras. Mesmo confinada ao continente europeu, a Literatura Comparada quer crer que, na busca pelas relações entre as literaturas nacionais, ela foi capaz de dizer qual literatura nacional influencia mais e qual está mais subordinada à outra. Naturalmente, a ancestralidade de um texto original e a sua capacidade de promover mudanças no campo de uma literatura estrangeira foram quesitos importantes no momento de definir a importância de um tal texto para a formação da cultura europeia. De qualquer forma, a própria presunção de uma “cultura europeia”, geográfica e politicamente entendida, já se dá no sentido de um apagamento das fronteiras culturais na exata medida em que se enaltece a uniformização de um padrão literário (relacionado àquilo que é supostamente humano e, logo, comum). Com isso, promove-se de maneira mais efetiva, através da crítica literária, de seus mecanismos, de sua lógica e da ordem do discurso da disciplina acadêmica, cientificamente estruturada, a expansão do gosto e do estilo, da língua e da cultura, como forma de tutela e doutrinação do estrangeiro.

Creio que já tenho elementos suficientes para encaminhar este artigo para a sua conclusão. Não resta dúvida de que a nação e o nacionalismo infiltram-se na Literatura Comparada desde sua origem. Dois dos principais precursores e divulgadores da disciplina repisam constantemente o assunto, de modo que ele se torna a pedra de toque do método crítico. Avaliar as influências recíprocas entre textos provenientes de lugares, línguas e tradições distintos só pode ser eficaz se, previamente, se supuser que o mecanismo que fundamenta a produção e a recepção literárias é acionado pelo espírito nacional. Assim, a substância equívoca do nacionalismo serviu como composto literário capaz de encadear as produções em relação a si mesmas, permitindo ao crítico avaliar, entre outras coisas, a emergência do intersubjetivo na esfera do local, fundindo a materialidade das trocas comerciais e simbólicas em uma concepção estética que vê na transitividade do material literário com a vida do espírito nacional a grande justificativa para cientificamente analisar as obras literárias. Com isso, as obras puderam “desingularizar-se” para melhor caber no esquema nacional, funcionando como embreantes do gênio romântico que capta as pulsações do sensível nas formas contingentes da materialidade cultural. Sendo assim, a Literatura Comparada, em seus primórdios, deitou os trilhos pelos quais a crítica se emancipou do

subjetivismo impressionista do gosto, para consolidar-se como campo de estudos reflexivo e não mais autotélico, expondo o famigerado “caráter nacional” da cultura no contexto de afirmação nacionalista e imperialista. E essa operação científica deixou resíduos até hoje...

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BERMAN, Antoine. **A prova do estrangeiro**. Tradução de Maria Emília Pereira Chanut. Bauru: EDUSC, 2002.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila *et alii*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. Europa, 1500-1800. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CASANOVA, Pascale. **A República Mundial das Letras**. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. A nação como *semióforo*. In: CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- ECKERMANN, Johann Peter. **Conversações com Goethe**. Tradução de Marina Leivas Bastian Pinto. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GEARY, Patrick J. **O mito das nações**. Tradução de Fábio Pinto. São Paulo: Conrad, 2002.
- GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e a violência**. Tradução de Beatriz Guimarães. São Paulo: Edusp, 2008.
- HEISE, Eloá. Weltliteratur, um conceito transcultural. **Revista brasileira de literatura comparada**, nº 11. São Paulo, 2007.
- HERDER, Johann Gottfried. **Another Philosophy of History and Selected Political Writings**. Tradução inglesa de Ioannis D. Evrigenis e Daniel Pellerin. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2004.
- HOBSBAWN, Eric J. **A Era dos Impérios**. 1875-1914. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda S. de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HOBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- HOBSBAWN, Eric J.; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

- HÖLDERLIN, Friederich. **Reflexões**. Tradução de Marcia de Sá Cavalcante e Antônio Abranches. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- MORETTI, Franco. **Atlas do romance europeu. 1800-1900**. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2003.
- POSNETT, Hutcheson M. O método comparativo e a literatura. In: COUTINHO, Eduardo F. e CARVALHAL, Tânia (orgs.). **Literatura Comparada**. Textos Fundadores. Tradução de Sonia Zyngier. Rio de Janeiro Rocco, 1994.
- RANCIÈRE, Jacques. **La palavra muda**. Ensayo sobre las contradicciones de la literatura. Tradução espanhola de Cecilia González. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2009.
- REMAK, Henry H.H. Literatura comparada: definição e função. In: COUTINHO, Eduardo F. e CARVALHAL, Tânia (orgs.). **Literatura Comparada**. Textos Fundadores. Tradução de Monique Balbuena. Rio de Janeiro Rocco, 1994.
- SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- TEXTE, Joseph. Os estudos de literatura comparada no estrangeiro e na França. In: COUTINHO, Eduardo F. e CARVALHAL, Tânia (orgs.). **Literatura Comparada**. Textos Fundadores. Tradução de Maria Luiza Berwanger da Silva. Rio de Janeiro Rocco, 1994.
- VAN TIEGHEM, Paul. Crítica literária, história literária, literatura comparada. In: COUTINHO, Eduardo F. e CARVALHAL, Tânia (orgs.). **Literatura Comparada**. Textos Fundadores. Tradução de Cleone Augusto Rodrigues. Rio de Janeiro Rocco, 1994

* **Antonio Barros de Brito Junior** é professor adjunto do Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui Licenciatura em Letras (2003), Mestrado em Teoria Literária (2006) e Doutorado em Teoria Literária (2010), todos pela Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Letras, Linguística e Artes, com ênfase em Teoria Literária, Fundamentos e Crítica das Artes e da Literatura, Semiótica, Hermenêutica e Estética, atuando principalmente nos seguintes temas: Semiótica, Teoria Literária, Teoria da Vanguarda, Teoria da Interpretação do Texto Literário. Tem conhecimento da obra de Paul Ricoeur, Jacques Rancière, Charles S. Peirce, nas obras fundamentais da Fenomenologia, do Estruturalismo e da Estética do Século XX e, finalmente, nas obras romanescas e teórico-críticas de Umberto Eco.